

Pronunciamento do presidente é elogiado

334 Mas empresários acham que o governo tem que fazer os cortes prometidos

O governo federal tem de assumir sua cota de sacrifício e realizar os cortes prometidos, que somam R\$ 8,7 bilhões no orçamento previsto para 1999. Esse é o principal consenso entre empresários que assistiram, ontem, ao pronunciamento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunciando o programa de ajuste fiscal.

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), apoiou: "As medidas foram ótimas. Mas é claro que tudo dependerá da aprovação das reformas. Mas enquanto elas não vierem, acho aceitável o aumento de impostos, já que o próprio presidente disse que isso é uma coisa temporária."

Vieira destacou que boa parte da conta, a que se refere à cobertura do rombo da Previdência, será paga pelos funcionários públicos, que terão suas alíquotas de contribuição aumentadas. "Isso é justo, já que são eles que vão usufruir desse benefício", afirmou.

Giuseppe Bizzarro, presidente do grupo World Dreams, que administra 25 lojas de eletroeletrônicos espalhadas pelo País e duas fábricas de eletroeletrônicos no Rio, disse que não é justo os empresários terem que pagar mais impostos. "Já pagamos muito e o governo não corta seus gastos. Eles já anunciaram cortes antes, mas na verdade só aumentaram impostos. Os empresários é que pagam a conta", reclamou.

Mas essa não é a visão do presidente da Firjan. "Quem paga a conta é a sociedade. Por isso é importante aprovar as reformas, que vão garantir o equilíbrio das contas públicas", afirmou ele.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) é diretor do grupo Pena Branca, Antenor Barros Leal, destacou que o presidente Fernando

Henrique conta com amplo apoio da população brasileira para realizar as medidas necessárias de ajuste fiscal. "A reeleição em primeiro turno deixou clara essa mensagem de confiança dos brasileiros", avalia ele, aplaudindo o discurso presidencial anunciando cortes de despesas. Ele aguarda novas medidas para hoje, e espera que elas venham a resultar na redução das taxas de juros, que estão em nível "imoral e insuportável".

Barros Leal ressalta, contudo, que, ao contrário do pretendido pelo presidente da República, o anunciado aumento do CPMF e da Cofins atingirá também as classes mais pobres da população.

O presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, Walber Chavante, se declarou cético quanto

às propostas de ajuste fiscal que o governo anuncia hoje e que o presidente Fernando Henrique Cardoso esboçou, ontem, em seu pronuncia-

mento. "Não acredito nesse pacote. São medidas que servem apenas para que o País atravesse a crise que está aí", assinala Chavante, para quem os fundamentos da economia é que devem ser revistos.

Para o presidente do sindicato, o aumento de imposto, na prática, vai causar mais recessão, forma encontrada pelo governo para descomprimir o balanço de pagamentos e financiar seu déficit interno de cerca de US\$ 65 bilhões. "Esse déficit é apenas com juros que o governo aumentou para formar, captar e formar sua reserva. Não vejo qualquer resultado saudável nessas medidas, que só vão gerar recessão."

A espera do pacote fiscal, a Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas (Abimaq) publicou ontem nos jornais nota paga criticando a expectativa de elevação de impostos como uma das medidas do programa de ajuste fiscal. "O aumento de im-

postos é uma iniciativa burra que causará queda generalizada no consumo, aprofundando a recessão e diminuindo a arrecadação, em vez de aumentá-la." Em tom alarmista, o artigo, intitulado "Chega de Bordoada", ataca ainda a demora do governo em anunciar as medidas.

Essa "espera angustiante" da sociedade em geral e dos setores produtivos em particular tem gerado, segundo a nota da Abimaq, represamento das vendas, atraso nos investimentos e aumento do desemprego. "Ninguém ganha com isso, exceto os especuladores — imediatistas, apátridas e oportunistas —, estes sim beneficiados pela política governamental."

A Abimaq concorda que o momento exige soluções emergenciais, mas diz não admitir que a conta dos erros acumulados durante anos "seja fechada com a prosaica solução de sempre e em cima de quem já não tem mais o que ceder". Diante desse quadro, a associação vê como única saída a luta. "Vamos usar todos os meios para que aqueles mandatários acordem, tomem um banho de realismo, bom senso e civismo."

O principal pedido da entidade é a formulação de políticas duradouras para todos os setores produtivos, capazes de garantir condições isonômicas de competição para essas empresas. Uma ação paliativa agora, alerta o documento, vai provocar danos irreparáveis. "Para quem já está de joelhos, a próxima bordoada poderá ser fatal", conclui.

Em nota oficial distribuída ontem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoiou o programa de ajuste fiscal. "Nós apoiamos as medidas de ajuste porque, embora duras, elas são necessárias. Mas somos contra o aumento de impostos e defendemos o envio imediato da reforma tributária para o Congresso

Nacional", afirmou Fernando Bezerra, presidente da CNI.

Bezerra, que se reúne hoje à tarde com o presidente Fernando Henrique, considerou que a indústria nacional não pode continuar perdendo sua competitividade, pois isso levaria à redução do emprego e ao agravamento da questão social. A CNI defende a aceleração da redução das taxas de juros em contrapartida às duras medidas do ajuste fiscal. Bezerra propôs ainda que, se houver dificuldades para a aprovação da reforma tributária este ano, o governo deve alterar a data do ano fiscal, o que faria a reforma vigorar em 1999.

Ontem à tarde, em reunião com a diretoria da CNI, Bezerra se pronunciou a favor da "necessidade urgente do ajuste". Segundo nota oficial da

"Apoiamos as medidas de ajuste, mas somos contra o aumento de impostos", diz nota da Confederação Nacional da Indústria

entidade, "quanto mais rápido forem tomadas as medidas para promover o ajuste, mais rapidamente sairemos dessa situação."

Apesar da ameaça da recessão, não há outro caminho para pôr fim ao crônico desequilíbrio das contas públicas". No documento, Bezerra critica a lentidão das reformas, afirmando que o desenvolvimento do Brasil depende "dramaticamente" delas.

Ontem, em São Paulo, o presidente da Mercedes-Benz, Ben Van Schaik, disse que o pacto entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os empresários para a manutenção do nível do emprego em troca da queda das taxas de juros dependerá do comportamento do mercado. Segundo ele, a antecipação do vencimento do contrato temporário de 500 trabalhadores da Mercedes de dezembro até o final de outubro não será alterado.

Livia Ferrari, Katia Luane, Fernando Thompson e Vera Saavedra Durão (do Rio) e Roberto Lira (InvestNews, de São Paulo)